



Documento referencial: uma contribuição para o debate



Integração
fronteiriça



desenvolvimento
sustentável



participação
cidadã

1. Propósito do documento

O presente documento busca estabelecer as bases para o debate. Identifica as **prioridades temáticas** para a gestão 2013-2014 e sugere um **cronograma base**, relativo as principais etapas de trabalho.

Objetiva orientar o posicionamento da Secretaria Executiva exercida por Porto Alegre e contribuir para o debate junto aos nossos parceiros da Secretaria Técnica Permanente, da Comissão Diretiva e das Coordenadorias e Sub-Coordenadorias das UTs.

A idéia é definir um plano de ação que esteja afinado com as diretrizes temáticas da rede mas que possa, ao mesmo tempo, introduzir novas abordagens e estratégias. Em especial, enfatizamos a **transversalidade** como eixo de nossas ações.

Igualmente importante é destacar o **papel político e estratégico** da Rede Mercocidades junto aos Fóruns Internacionais, a exemplo do Fórum Urbano Mundial de Medellín-WUF7, da próxima Conferência Habitat III e da definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para o período pós-2015.



2. Precedentes

O desenvolvimento sustentável na agenda da **comunidade Internacional** teve início com as preocupações resultantes das alterações socioeconômicas, tecnológicas e políticas do século XX.

Agenda 21,

Rio de Janeiro 1992 – identificação dos três pilares principais: econômico, social e ambiental.

Rio + 20,

Rio de Janeiro 2012 – ampliação da discussão e das diretrizes de ação para temas como: economia verde, governança ambiental, pobreza e inclusão social, gestão de risco, qualidade do ar e água, gestão de resíduos, biodiversidade, participação cidadã, etc.

O documento de aporte da Rede Mercociudades sobre Rio +20 enfatiza o papel das cidades no alcance do desenvolvimento urbano sustentável – **idades inclusivas** e **governança regional**.



3. Desafios

A Rede Mercociudades propõe incorporar a **cultura** como 4º pilar de desenvolvimento sustentável, partindo do princípio que é considerando as identidades e diferenças locais que poderemos atingir um verdadeiro reconhecimento da cidadania.

No âmbito internacional, entende-se necessário reforçar a voz da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos, para defender os interesses dos **governos locais**. No âmbito latino-americano, junto ao Mercosul e Unasul, reforçar a voz da Rede Mercociudades e identificar estratégias para incidir politicamente junto a FLACMA, para representar suas cidades membros no diálogo com outras redes internacionais de cidades.

Ao mesmo tempo, os governos locais e suas associações devem reforçar seu **papel estratégico** e incidência política no diálogo multilateral sobre as estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento, nos Fóruns de cooperação para o desenvolvimento e nas demais instancias de poder internacional.

A gestão 2013-2014 pretende fortalecer a **transversalidade** em suas ações, bem como no trabalho das UTs



4. Eixos basilares

4.1 Integração fronteiriça

O fortalecimento da participação cidadã se dá no âmbito dos processos de **integração regional** mediante a redefinição do **conceito de fronteiras**, aproximando as cidades vizinhas, colocando-as como caminhos para a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais nos países participantes deste processo.

Na promoção da cooperação descentralizada, é preciso gestionar apoio direto aos governos locais para financiar programas de **cooperação internacional** centrados no fortalecimento das capacidades dos governos locais, na promoção da democracia local e no apoio à descentralização.

A articulação de parcerias e de **projetos coletivos** permite atingir as principais metas da Rede, como a integração fronteiriça, a livre circulação de pessoas, a cidadania regional e a inclusão social.

Nosso objetivo é que a discussão iniciada neste ano possa dar origem a um grande debate internacional sobre modelos de integração fronteiriça.



4. Eixos basilares

4.2 Desenvolvimento sustentável

Afirmar o papel das cidades, dos **governos locais** e dos cidadãos como atores fundamentais do desenvolvimento sustentável. As raízes dos governos locais se inserem profundamente no tecido social, político e econômico de suas comunidades, conferindo uma posição privilegiada para canalizar as demandas da sociedade local, do setor privado e de outros atores relevantes. Os governos locais estão posicionados de forma genuína para promover a democracia, contribuir para a redução da pobreza, a realização dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* e empoderar a cidadania para melhorar a qualidade de vida de suas comunidades.

Neste sentido, impõe-se a necessidade de fortalecer a **descentralização** política, administrativa, fiscal e financeira, ampliando a autonomia e a capacidade dos governos locais de realizar investimentos em infra-estrutura urbana e fornecimento de serviços básicos aos cidadãos. A descentralização é um imperativo para o desenvolvimento sustentável.

A promoção de processos de participação pelos governos locais para definir o planejamento, a **execução e avaliação dos resultados** das políticas públicas e do orçamento, são um pressuposto essencial do desenvolvimento sustentável.

Os governos locais estão na primeira fila da luta pelo desenvolvimento, no entanto, é comum não estarem incluídos na definição das estratégias de desenvolvimento nacionais, ou ficarem relegados a um braço executor de ministérios, debilitando sua relevância e protagonismo.



4. Eixos basilares

4.3 Participação cidadã

Um dos principais fundamentos da sustentabilidade é o fortalecimento da **democracia** e da **cidadania**, através da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando ideais de ética, justiça, participação e satisfação de necessidades.

Acredita-se na **experiência compartilhada** de governança local e co-responsabilidade no cuidado da cidade. O orçamento participativo de Porto Alegre, o Observpoa e o Capacitapoa são práticas que devem ser compartilhadas com as demais cidades da Rede Mercocidades.

As ações sobre o ambiente natural e construído devem ocorrer de forma a assegurar a participação cidadã, entendida como fator chave para lograr cidades efetivamente sustentáveis.

O OIDP America Latina propõe realizar, para as cidades membro da rede Mercocidades, capacitação para criação de **observatórios locais** de democracia participativa, com o objetivo de constituir um espaço de encontro e interação entre os diversos atores.

É necessário repensar o **espaço público** como lugar de encontro, de convivência, de formação de opinião, de interação entre as pessoas e de construção de cidadania. A re-significação dos espaços públicos abertos deve ser instruída, principalmente, pelos princípios da participação cidadã, integração fronteiriça e desenvolvimento sustentável.



5. Unidades Temáticas

As Unidades Temáticas e Comissões de Trabalho são as instancias setoriais onde o trabalho técnico/político é desenvolvido. Neste sentido, é essencial conhecer que tipo de ações estão sendo planejadas e implementadas no âmbito da rede, para compatibilizar e integrar estas ações com as diretrizes da gestão 2013-2014.

Propomos a **premiação de trabalhos** referenciais, no quesito integração. As propostas de trabalho devem contemplar a diretriz de transversalidade estando integradas às demais UTs e aos principais pilares de atuação desta gestão.

Consideramos prioritário desenvolver e fortalecer a **comunidade de intercâmbio** de práticas entre cidades que ocorre no interior das UTs e entre as diversas UTs da Rede Mercocidades. A idéia é facilitar o compartilhamento de conhecimentos, ferramentas e lições apreendidas nas áreas de descentralização, democracia, governança local e desenvolvimento sustentável, promovendo ações conjuntas, via **transversalidade**, que permitam o alcance dos objetivos da Rede em todas as suas esferas de atuação.

Como exemplo de ação transversal entre Uts temos o projeto G.A.M.E – Grupo de Apoio a Mega Eventos - em desenvolvimento, voltado para a realização da Copa do Mundo no Brasil, em junho e julho de 2014 (UTs Turismo, Juventude e Comissão de Direitos Humanos).

Deverá ser definido um **cronograma de execução e acompanhamento** das ações de cada UT.



6. Eventos paralelos

- Ronda Internacional de Negócios da Indústria Eletrônica – Bahía Blanca, Argentina, 20 Março 2014;
- VIII Capacitação da Mercociudades – Porto Alegre, 26 a 30 Maio 2014;
- Conferência Internacional da OIDP – Canoas, 03 a 05 Junho 2014;
- Seminário de Economia Criativa – Porto Alegre, Outubro 2014;
- Conferência Internacional 25 anos do Orçamento Participativo – Porto Alegre, 21 a 23 Novembro 2014;
- Seminário “Cidades sem Fronteiras” – Porto Alegre, 2015;
- Seminário de premiação: “Premio para projetos de integração transversal” – 2015.



7. Cronograma geral - 2014

FASE 1:

Comissão Diretiva
Secretarias
Executiva, Técnica
Permanente

Unidades
Temáticas

- definição e formalização do plano de trabalho

• 19-21 Março

FASE 2:

Unidades
Temáticas

Totalidade
da rede

- Compilação/ avaliação de conteúdo
- Documento base
- 30 Maio / intermediário
- 30 Junho / final

FASE 3:

Secretarias
Executiva, Técnica
Permanente

Conselho

- revisão e avaliação prévia do conselho (3 representantes)

• Agosto - proposta
(15 dias antes da reunião do Conselho)

• Agosto – produto final
(reunião do Conselho Diretor)

FASE 4:

Secretarias
Executiva, Técnica
Permanente
Unidades
Temáticas

- finalização do documento
- análise e revisão
- 15 Outubro

FASE 5:

Comissão Diretiva
Secretarias
Executiva, Técnica
Permanente

- entrega -cúpula Rosário
- publicação (português, espanhol, inglês, possibilidade de versão em guarani)
- 30 Novembro